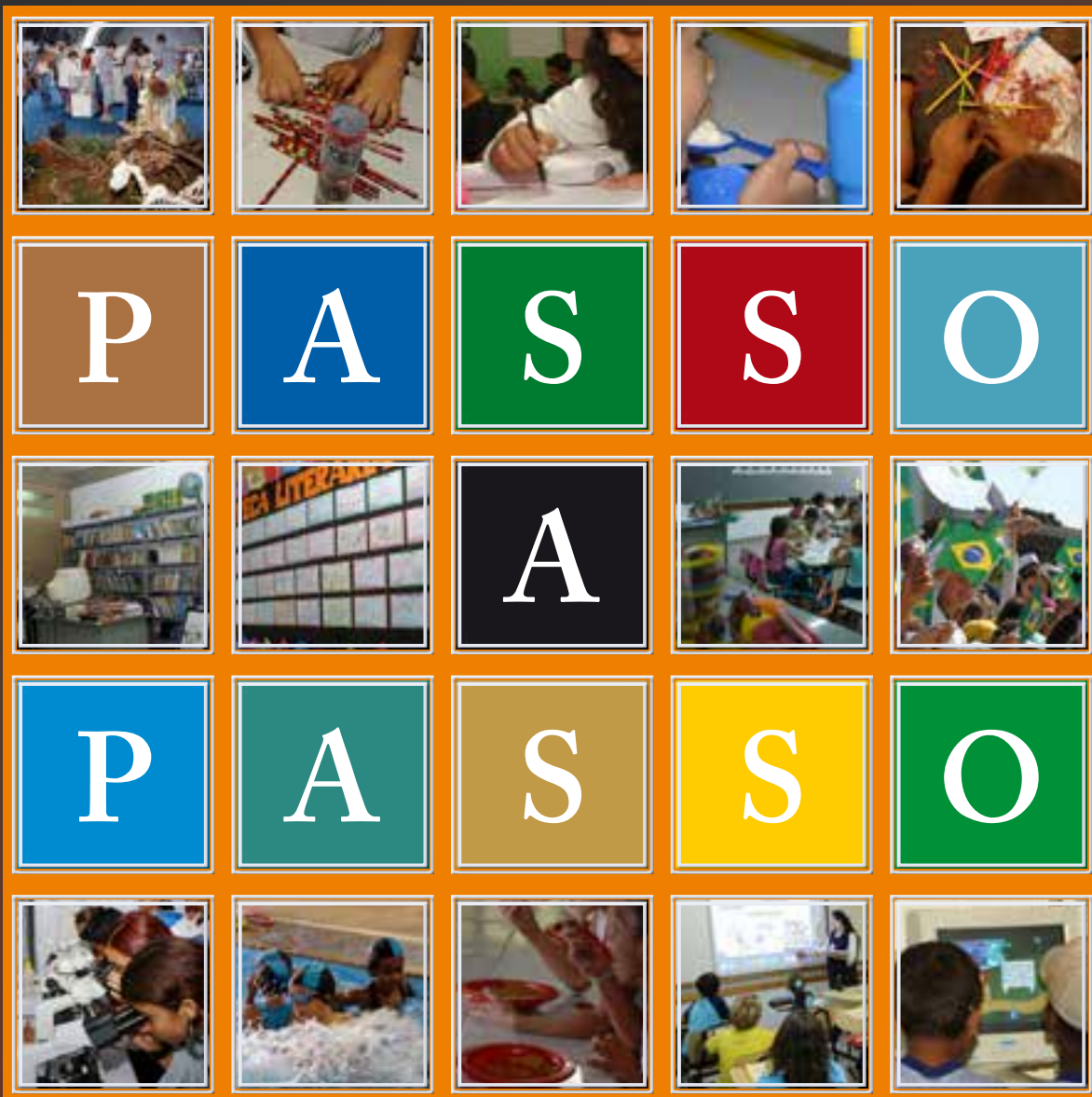


Programa Mais Educação



**PLANO DE
DESENVOLVIMENTO
DA EDUCAÇÃO**

Ministério da Educação

Secretaria de Educação Básica

Diretoria de Currículos e Educação Integral

Programa Mais Educação

PASSO A PASSO

Ministério da
Educação

SEB/MEC, 2013

REALIZAÇÃO

Secretaria de Educação Básica
Esplanada dos Ministérios, bloco L
Edifício Sede – 5º andar – sala 500
CEP 70 047 900, Brasília – DF
portal.mec.gov.br

Série Mais Educação

ORGANIZAÇÃO: Jaqueline Moll

PRODUÇÃO: Ministério da Educação

COORDENAÇÃO EDITORIAL: Leandro da Costa Fialho
Gesuína de Fátima Elias Leclerc

REDAÇÃO FINAL E REVISÃO DE TEXTO: Jaqueline Moll

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO: Licurgo S. Botelho

FOTOGRAFIAS: Agência Brasil e Portal do MEC

Programa Mais Educação: Passo a passo

COLABORAÇÃO NA ELABORAÇÃO DO TEXTO-BASE

Danise Vivian, Débora Kátia Nogueira Cavalli, Gesuína de Fátima Elias Leclerc, Jaqueline Moll, João Alberto Chagas Lima, Lucenir de Andrade Pinheiro, Márcia Rosa da Costa, Maria Eliane dos Santos, Neusa Macedo e Suzana Pacheco.

COLABORAÇÃO NA REVISÃO DA VERSÃO 2013

Carla Maria de Medeiros Borges, Clarissa Guedes Machado, Ivany Souza Ávila e Rosevanya Fortunato de Albuquerque.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Centro de Informação e Biblioteca em Educação (CIBEC)

B823e Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica.
Programa Mais Educação: passo a passo. - Brasília, 2013.
48 p. : il. - (Série Mais Educação).

ISBN: 978-85-7783-138-8

1. Educação integral. 2. Programa Mais Educação. I. Título.

CDU 37(81)

A apresentação

Como ideal de uma educação pública e democrática, a proposta de Educação Integral, presente na legislação educacional brasileira, compreende o ser humano em suas múltiplas dimensões e como sujeito de direitos. Partindo deste entendimento, a Secretaria de Educação Básica – SEB, por meio da Diretoria de Currículos e Educação Integral – DICEI, incorporou em seus desafios a promoção da Educação Integral e, com ela, a perspectiva de ampliar tempos, espaços e oportunidades educativas para qualificação da educação pública no Brasil. A partir desse ideal, institui-se o Programa Mais Educação como estratégia do Governo Federal para a promoção da Educação Integral em jornada ampliada.

A proposta educativa deste Programa constitui-se a partir da compreensão de uma escola que baixa seus muros e encontra a cultura, a comunidade, a cidade em processos permanentes de expansão e de criação de territórios educativos.

O Passo a Passo do Mais Educação apresenta um conjunto de orientações para a organização do Programa, com o objetivo de convidar você a refletir sobre a implementação da Educação Integral na sua escola, de forma a atender ao desafio de vincular a aprendizagem à vida. Desse modo, este documento busca também esclarecer acerca do funcionamento do Programa e das possibilidades de sua organização no contexto de cada escola. Espera-se, portanto, que este conjunto de orientações inspire sua prática e o trabalho coletivo da sua escola e colabore para a promoção de uma educação diferenciada, cativante e que compreenda o ser humano em todas as suas dimensões.

1 O que é o Programa Mais Educação?

O Programa Mais Educação foi instituído pela Portaria Interministerial 17/2007 e pelo Decreto Presidencial 7.083/2010 e integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, como uma estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da Educação Integral.

Esse Programa nasce com a premissa da construção de uma ação intersetorial envolvendo as políticas públicas educacionais e sociais, objetivando, desse modo, contribuir para a diminuição das desigualdades educacionais e para a valorização da diversidade cultural brasileira. Para tanto, coloca em diálogo as ações empreendidas pelos Ministérios da Educação – MEC, da Cultura – MINC, do Esporte – ME, do Meio Ambiente – MMA, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, da Ciência e da Tecnologia – MCT e, também, da Secretaria Nacional de Juventude, passando a contar, em 2010, com o apoio do Ministério da Defesa, na possibilidade de expansão dos territórios educativos.

Essa estratégia promove a ampliação de tempos, espaços, oportunidades educativas e o compartilhamento da tarefa de educar entre os profissionais da educação e de outras áreas, as famílias e os diferentes atores sociais, sob a coordenação da escola com seus gestores, professores, estudantes e funcionários. Isso porque a Educação Integral, associada ao processo de escolarização, pressupõe a aprendizagem conectada à vida e ao universo de interesses e de possibilidades das crianças, dos adolescentes e dos jovens.

O ideal da Educação Integral traduz a compreensão do direito de aprender como inerente ao direito à vida, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade e à convivência familiar e comunitária e como condição para o próprio desenvolvimento de uma sociedade republicana e democrática. Por meio da Educação Integral, busca-se reconhecer as múltiplas dimensões do ser humano e a peculiaridade do desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens.



Foto: Agência Brasil/Tânia Régio



Foto: Agência Brasil/Marcello Casal Jr.

Esse ideal está presente na **legislação educacional brasileira** e pode ser apreendido em nossa Constituição Federal, nos artigos 205, 206 e 227; no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990); na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); no Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001; Projeto de Lei 8.035/2010); no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB (Lei nº 11.494/2007; Decreto nº 6.253/2007; Portaria 873/2010) e no Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE (2007), por meio do Programa Mais Educação.

Compreende-se que a Educação Integral em jornada ampliada no Brasil é uma política pública em construção e um grande desafio para gestores educacionais, professores e comunidades que, ao mesmo tempo, amplia o direito à educação básica e colabora para reinventar a escola. Por isso, o Programa Mais Educação estimula a constituição do diálogo do tempo escolar estabelecido com o tempo ampliado, superando a lógica de turno e contraturno, e o entendimento de que as atividades desenvolvidas no âmbito do Programa

colaboram para garantir o direito de desenvolvimento e aprendizagem de crianças, adolescentes e jovens e de que o aprender envolve a atividade intelectual e tem que ter um sentido e ser prazeroso.

O Programa Mais Educação atende, prioritariamente, escolas de baixo IDEB, inicialmente situadas em capitais e regiões metropolitanas, chegando no ano de 2010 em cidades com mais de 90.000 habitantes em territórios marcados por situações de vulnerabilidade social e educacional, que requerem a convergência prioritária de políticas públicas. Em 2011, o Programa atinge cerca de 15.000 escolas, incluindo-se municípios com mais de 18.800 habitantes. No plano de expansão de 2012, aderem ao Programa mais de 15.000 novas escolas, selecionadas pelos seguintes critérios prioritários: serem do campo ou urbanas, sendo as urbanas com índices igual ou superior a 50% de estudantes beneficiários do Programa Bolsa Família. Dessa forma, participam da adesão ao Mais Educação 32.074 escolas, com a perspectiva de chegar a 45.000 em 2013. Até 2014, a previsão é de que o Programa Mais Educação esteja em todo território nacional, chegando a 60.000 escolas.



Foto: Agência Brasil/Wilson Dias

2 Como funciona o Programa Mais Educação?

O Programa Mais Educação é operacionalizado pela Secretaria de Educação Básica – SEB, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, para as escolas prioritárias, cuja listagem é anualmente incluída no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação – SIMEC (simec.mec.gov.br).

Para ampliação do cenário educativo e, portanto, das oportunidades formativas oferecidas por essas escolas, o MEC propôs, até 2012, para as escolas urbanas, atividades organizadas em 10 (dez) macrocampos, que podem ser entendidos como temáticas ou campos do conhecimento.

Em 2012, as escolas do campo foram incluídas no Programa e, para essas unidades de ensino, foi criado um desenho de organização das atividades em 07 (sete) macrocampos, que foi mantido para a adesão ao Mais Educação em 2013. São eles:

1. Acompanhamento Pedagógico
2. Agroecologia
3. Cultura, Artes e Educação Patrimonial
4. Educação em Direitos Humanos
5. Esporte e Lazer
6. Iniciação Científica
7. Memória e História das Comunidades Tradicionais

Em 2013, para as escolas urbanas que já desenvolviam o Programa Mais Educação, foram propostos 07 (sete) macrocampos:

1. Acompanhamento Pedagógico
2. Comunicação, Uso de Mídias e Cultura Digital e Tecnológica
3. Cultura, Artes e Educação Patrimonial
4. Educação Ambiental e Sociedade Sustentável
5. Esporte e Lazer
6. Educação em Direitos Humanos
7. Promoção da Saúde

Para as escolas urbanas com ingresso no Programa em 2013, foi pensado um agrupamento dos macrocampos, que resultou em uma proposta de 05 (cinco) temáticas:

1. Acompanhamento Pedagógico
2. Comunicação, Uso de Mídias e Cultura Digital e Tecnológica
3. Cultura, Artes e Educação Patrimonial
4. Educação Ambiental, Desenvolvimento Sustentável e Economia Solidária e Criativa/Educação Econômica
5. Esporte e Lazer

Escolha de atividades a partir de 2013:

De acordo com o projeto educativo em curso, as escolas podem escolher atividades no universo de possibilidades ofertadas. Uma dessas atividades, obrigatoriamente, deve ser do macrocampo Acompanhamento Pedagógico. O detalhamento de cada atividade em termos de ementa e de recursos didático-pedagógicos e financeiros previstos é

publicado, anualmente, em manual específico e relativo à Educação Integral, que acompanha a resolução do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, do FNDE.

Vejam agora os macrocampos e as atividades possíveis de serem escolhidas:

MACROCAMPOS E ATIVIDADES

2.1 ESCOLAS DO CAMPO

2.1.1. Acompanhamento Pedagógico (Obrigatório)

CAMPOS DO CONHECIMENTO:

- Ciências Humanas
- Ciências e Saúde
- Etnolinguagem
- Leitura e Produção Textual
- Matemática

2.1.2. Agroecologia

- Canteiros Sustentáveis
- Com-Vida
- Conservação do Solo e Composteira (ou Minhocário)
- Cuidado com Animais
- Uso Eficiente de Água e Energia

2.1.3. Cultura, Artes e Educação Patrimonial

- Brinquedos e Artesanato Regional
- Canto Coral
- Capoeira
- Cineclubes

- Contos
- Danças
- Desenho
- Escultura
- Etnojogos
- Literatura de Cordel
- Mosaico
- Música
- Percussão
- Pintura
- Práticas Circenses
- Teatro

2.1.4. Educação em Direitos Humanos

- Arte audiovisual e corporal
- Arte corporal e som
- Arte corporal e jogos
- Arte gráfica e literatura
- Arte gráfica e mídias

2.1.5. Esporte e Lazer

- Esporte na Escola/Atletismo e Múltiplas Vivências Esportivas (basquete, futebol, futsal, handebol, voleibol e xadrez)
- Ciclismo
- Corrida de Orientação
- Etnojogos
- Judô
- Recreação e Lazer/Brinquedoteca
- Tênis de Mesa

2.1.6. Iniciação Científica

- Iniciação Científica



Foto: Agência Brasil/Elza Fiúza

2.1.7. Memória e História das Comunidades Tradicionais

- Brinquedos e Artesanato Regional
- Canto Coral
- Capoeira
- Cineclube
- Contos
- Danças
- Desenho
- Educação Patrimonial
- Escultura
- Etnojogos
- Literatura de Cordel
- Mosaico
- Música
- Percussão
- Pintura
- Teatro

2.2. ESCOLAS URBANAS – integrantes do Programa Mais Educação em 2012

2.2.1. Acompanhamento Pedagógico (Obrigatório)

- Orientação de Estudos e Leitura

2.2.2. Comunicação, Uso de Mídias e Cultura Digital e Tecnológica

- Ambiente de Redes Sociais
- Fotografia
- Histórias em Quadrinhos
- Jornal Escolar
- Rádio Escolar
- Robótica Educacional
- Tecnologias Educacionais
- Vídeo

2.2.3. Cultura, Artes e Educação Patrimonial

- Artesanato Popular
- Banda
- Canto Coral
- Capoeira
- Cineclube
- Danças
- Desenho
- Educação Patrimonial
- Escultura/Cerâmica
- Grafite
- Hip-Hop



Foto: Agência Brasil/Elza Fiúza

- Iniciação Musical de Instrumentos de Cordas
- Iniciação Musical por meio da Flauta Doce
- Leitura: organização de clubes de leitura
- Mosaico
- Percussão
- Pintura
- Práticas Circenses
- Sala Temática para o Estudo de Línguas Estrangeiras
- Teatro

2.2.4. Educação Ambiental e Sociedade Sustentável

- Com-Vidas (organização de coletivos pró meio-ambiente)
- Conservação do Solo e Composteira: canteiros sustentáveis (horta) e/ou jardinagem escolar
- Economia Solidária e Criativa/Educação Econômica
- Uso Eficiente da Água e Energia

2.2.5. Esporte e Lazer

- Badminton
- Corrida de Orientação
- Esporte na Escola/Atletismo e Múltiplas Vivências Esportivas (basquete, futebol, futsal, handebol, voleibol e xadrez)
- Ginástica Rítmica

- Judô
- Karatê
- Luta Olímpica
- Natação
- Recreação e Lazer/Brinquedoteca
- Taekwondo
- Tênis de Campo
- Tênis de Mesa
- Vôlei de Praia
- Yoga/Meditação

2.2.6. Educação em Direitos Humanos

- Educação em Direitos Humanos

2.2.7. Promoção da Saúde

- Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças

2.3. ESCOLAS URBANAS – que ingressam em 2013

2.3.1. Acompanhamento Pedagógico (Obrigatória pelo menos uma atividade)

- Alfabetização/Letramento
- Ciências (inclui laboratórios, feiras e projetos científicos)
- História e Geografia
- Línguas Estrangeiras
- Língua Portuguesa: ênfase em leitura e produção de texto
- Matemática

2.3.2. Comunicação, Uso de Mídias e Cultura Digital e Tecnológica

- Ambiente de Redes Sociais
- Fotografia
- Histórias em Quadrinhos
- Jornal Escolar
- Rádio Escolar
- Vídeo
- Robótica Educacional

2.3.3. Cultura, Artes e Educação Patrimonial

- Artesanato Popular
- Banda
- Canto Coral
- Capoeira
- Cineclube
- Danças
- Desenho
- Educação Patrimonial
- Escultura/Cerâmica
- Grafite
- Hip-Hop
- Iniciação Musical de Instrumentos de Cordas
- Iniciação Musical por meio da Flauta Doce
- Leitura e Produção Textual
- Mosaico
- Percussão
- Pintura
- Práticas Circenses
- Teatro



Foto: Agência Brasil/Julio César Paes



Foto: Agência Brasil/Elza Flúza

2.3.4. Educação Ambiental, Desenvolvimento Sustentável e Economia Solidária e Criativa/ Educação Econômica

- Horta Escolar e/ou Comunitária: organização infanto-juvenil
- Jardinagem Escolar: organização infanto-juvenil
- Economia Solidária e Criativa/Educação Econômica: organização infanto-juvenil

2.3.5. Esporte e Lazer

- Atletismo
- Badminton
- Basquete de Rua
- Basquete
- Corrida de Orientação
- Futebol
- Futsal
- Ginástica Rítmica
- Handebol
- Judô
- Karatê
- Luta Olímpica
- Natação
- Recreação e Lazer/Brinquedoteca
- Taekwondo
- Tênis de Campo
- Tênis de Mesa
- Voleibol
- Vôlei de Praia
- Xadrez Tradicional
- Xadrez Virtual
- Yoga/Meditação

Orientações Gerais para 2013 em relação aos macrocampos, às atividades e às outras ações do Mais Educação:

Para as escolas urbanas participantes da adesão ao Programa Mais Educação até 2012, orienta-se que o macrocampo Acompanhamento Pedagógico também possibilite um tempo diário e significativo para o aprofundamento e o acompanhamento do que foi aprendido em sala de aula, enfatizando ações que promovam a paixão pela literatura, o convívio com a escrita e a leitura compartilhada de textos, o desenvolvimento do pensamento lógico-matemático, a compreensão das relações sociais e humanas e das relações entre os diferentes seres da natureza, dentre outras aprendizagens significativas dos diferentes campos do conhecimento. Dessa forma, a reorganização do macrocampo Acompanhamento Pedagógico foi elaborada na perspectiva de equilibrar a agenda curricular de modo que a escola vislumbre a organização do tempo integral, articulando as atividades do Programa Mais Educação e os componentes curriculares.

Também se passa a fomentar que as escolas que compõem o Pacto Nacional da Alfabetização na Idade Certa contemplem estudantes dos anos iniciais nas atividades do Mais Educação e envolvam, especialmente, na atividade de Acompanhamento Pedagógico ações de alfabetização e letramento.

Outra novidade em 2013 é o oferecimento de atividades específicas para jovens de 15 a 17 anos que ainda estão no Ensino Fundamental para escolas participantes do Programa em 2010 e com indicação desse tipo de matrícula. Com essa ação, objetiva-se

enfrentar a realidade que aponta, em todo Brasil, a existência de 3 milhões e 900 mil jovens de 15 a 17 anos que ainda não chegaram ao ensino médio por terem passado por sucessivas retenções.

Assim, é pensada uma ação visando construir propostas de atividades com os jovens que propiciem trabalhos integrados entre diferentes áreas de conhecimento, tendo o objetivo principal de orientar a criação de espaço para **pensar seu projeto de vida**, desenvolvendo autoria e autonomia dos estudantes. Além disso, deseja-se que tais atividades permitam aos jovens lançar um olhar sobre suas trajetórias escolares, planejando e executando propostas de caráter investigativo, prosseguir em seus estudos e realizar aproximações com o mundo do trabalho.

Com relação ao macrocampo de Esporte e Lazer para as escolas participantes do Programa até 2012, possibilita-se o desenvolvimento do Esporte na Escola e de múltiplas vivências e modalidades esportivas integradas a uma única proposta pedagógica, tendo a modalidade de atletismo uma atenção especial.

Para as escolas participantes do Programa até 2012, ainda se passa a orientar a realização de atividades dos macrocampos Educação em

Direitos Humanos e Promoção da Saúde, quando escolhidas, articuladas como temas transversais com as demais atividades selecionadas no Mais Educação, sobretudo nos macrocampos de Comunicação, Uso de Mídias e Cultura Digital e Tecnológica (exemplo: jornal, rádio escolar etc) e Cultura, Artes e Educação Patrimonial (exemplo: teatro, dança etc). A proposta é estimular nos estudantes a reflexão, o diálogo sobre seus direitos e o entendimento de responsabilidades enquanto protagonistas de uma sociedade livre, pluralista e inclusiva, a partir do contexto escolar e social no qual estão inseridos.

Já as escolas participantes da adesão ao Mais Educação em 2013 e, portanto, novas no Programa, que não têm “Educação em Direitos Humanos” e “Promoção da Saúde” como macrocampos, podem trabalhar essas temáticas, juntamente com a de “Cultura de Paz” e temas relacionados à Ética e Cidadania, dentro do macrocampo de Comunicação, Uso de Mídias e Cultura Digital e Tecnológica, devendo estimular a cultura da não violência e da educação emocional e social por meio de práticas que valorizem o respeito, a tolerância e a diversidade étnico-racial, religiosa, cultural, geracional, territorial, física, de gênero, de orientação sexual, de nacionalidade e da história da cultura afro-brasileira e indígena.



Foto: Agência Brasil/Marcello Casal Jr.

Para saber mais sobre os macrocampos, suas respectivas atividades e ementas, acesse os sites do MEC e do FNDE:

MEC: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16701&Itemid=1114

FNDE: <http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes>



3 Como utilizar a 'expertise' da escola em relação às atividades já realizadas no Programa Mais Educação e que não estão mais sendo desenvolvidas?

A escola que já participa do Mais Educação e que não opta, em uma nova adesão ao Programa, por uma atividade desenvolvida em anos anteriores pode lançar mão de estratégias para aproveitar a experiência adquirida e o material comprado com os recursos enviados pelo FNDE/MEC ou recebido via essa autarquia federal.

Estamos nos referindo à formação de clubes pedagógicos com participação, sobretudo, dos estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental. As ações desenvolvidas por esses coletivos de xadrez, leitura, teatro ou música podem acontecer em espaços e tempos livres, contando com a orientação do professor comunitário e/ou de outros educadores da escola, e integradas ao projeto de Educação Integral em curso.

A ideia é estimular o compartilhamento de

conhecimentos relativos às ações não mais desenvolvidas, bem como o debate de vivências e o trabalho em conjunto entre os jovens. A criação de clubes pedagógicos pode, assim, fortalecer o processo educativo na escola, a integração e a solidariedade entre os envolvidos no grupo, além do exercício do protagonismo juvenil.

Coordenadas pelos próprios jovens participantes dos grupos, as ações ligadas aos clubes podem ser potencializadas quando desenvolvidas nos finais de semana nas escolas ou em espaços educativos sob sua coordenação. Ao acontecerem nos finais de semana, podem possibilitar a participação da comunidade do entorno escolar. E isso faz com que as pessoas da comunidade agreguem valor a si e a essas ações, porque, ao se envolverem, trazem seus saberes/suas experiências.

4 Quais crianças, adolescentes e jovens são atendidos pelo Programa Mais Educação?

Considerando-se o objetivo de garantir o direito de aprender, incidindo-se na diminuição das desigualdades educacionais por meio da ampliação da jornada escolar na perspectiva de Educação Integral, recomenda-se adotar alguns critérios para definição dos estudantes do Programa Mais Educação, no caso de a escola não atender a totalidade de seus estudantes:

- estudantes que estão em situação de risco e vulnerabilidade social;
- estudantes que congregam, lideram, incentivam e influenciam positivamente seus colegas;
- estudantes em defasagem ano escolar/idade;
- estudantes dos últimos anos dos anos iniciais (5º ano) e finais (9º ano) do ensino fundamental, entre os quais há maior saída extemporânea;
- estudantes de anos nos quais são detectados índices de saída extemporânea e/ou repetência;
- estudantes que demonstram interesse em estar na escola por mais tempo;

Cada escola, contextualizada com seu projeto político-pedagógico específico e em diálogo com sua comunidade, será a referência para a definição de quantos e quais alunos participarão das atividades, sendo desejável que todos os estudantes participem e que o conjunto da escola participe nas escolhas e definições.

O Programa Mais Educação orienta que pelo menos 100 estudantes sejam inscritos para o início das atividades, exceto nas escolas em que a quantidade de estudantes registrados no Censo Escolar do ano anterior seja inferior a este número. O Programa propõe um número mínimo de participantes, contudo não estabelece número máximo, o que significa que a escola pode chegar à totalidade de seus estudantes incluídos no Programa, de acordo com sua disponibilidade de espaço físico, apoio do sistema de ensino ao qual a escola está vinculada e sua capacidade de articulação com as pessoas da comunidade e com os espaços disponíveis na comunidade.



5 Quais são os responsáveis pela condução do Programa Mais Educação nas Secretarias de Educação?

Por intermédio das Secretarias de Educação, os estados e municípios participantes do Programa Mais Educação organizam equipes para a gestão, a orientação pedagógica e o acompanhamento das aplicações de recursos. À frente dessas equipes nas Secretarias está o Coordenador Municipal ou Estadual do Programa.

Para colaborar com um melhor trabalho nos estados e municípios, colocamos a seguir algumas questões:

• Coordenador Municipal ou Estadual do Programa Mais Educação

Sugere-se que esse coordenador seja um profissional com vínculo na Secretaria, se possível efetivo, com experiência em projetos educacionais, sociais ou culturais, com disponibilidade, preferencialmente, de 40 horas semanais, ou no mínimo de 20 horas, de acordo com as necessidades locais, considerando-se a extensão da rede. Compete a esse profissional:

- coordenar a implementação e execução do Programa na secretaria e nas unidades de ensino da rede;
- participar de Comitês Territoriais de Educação Integral¹, se houver, ou fomentar a criação do referido comitê;
- dialogar com a instância federal (SEB/MEC);
- fomentar e articular parcerias, em especial, com as universidades, e ações intersetoriais;
- elaborar e realizar ações de formação de professores e de educadores que desenvolvem atividades nas escolas ou em espaços sob sua responsabilidade;
- organizar e manter disponíveis os registros do Programa.

• Equipe de gestão do Programa Mais Educação

Entre as principais atribuições da equipe de gestão do Mais Educação na Secretaria de Educação destacam-se:

- planejar ações voltadas ao desenvolvimento do Programa de acordo com seus princípios e objetivos;
- acompanhar e avaliar o processo geral de implementação nas escolas, propondo ajustes e reorientações quando necessárias;
- promover a formação de todos aqueles que atuam na escola como educadores;
- realizar encontros sistemáticos com as equipes locais das escolas para discussão e compartilhamento de experiências sobre a execução das atividades de Educação Integral;
- controlar a documentação exigida pelo FNDE/MEC da Entidade Executora (EEx) – prefeituras ou Secretarias Estaduais de Educação - e das Unidades Executoras (UEX) das escolas que integram o Programa, incluindo as referentes à prestação de contas.

Deve-se ter em mente que há uma infinidade de situações e possibilidades de atuação que, com criatividade e apropriação da proposta do Programa, poderão fortalecer o enraizamento e a sustentabilidade da Educação Integral.

No Capítulo 7, falaremos sobre o responsável pela coordenação das ações de Educação Integral nas escolas, o professor comunitário, que junto com a equipe diretiva das unidades de ensino reorganiza a rotina da escola para garantir a ampliação do tempo escolar, para um mínimo de 7 horas diárias, e toma decisões para assegurar que as novas práticas educativas desenvolvidas nas escolas sejam integradas ao projeto educativo em curso.

¹ Segundo o Manual Operacional de Educação Integral (SEB/MEC, 2012), o Comitê Territorial de Educação Integral é uma instância de gestão dos Programas de Educação Integral fomentados pelo MEC, que tem o objetivo de enraizar suas propostas e de ampliar a vivência de gestão compartilhada de políticas públicas educacionais e do regime de colaboração entre as Secretarias de Educação e os parceiros. Sua configuração pode variar conforme o número de secretarias que desenvolvem os Programas em cada estado. Mas, de uma forma geral, além das representações das Secretarias de Educação, participam desses Comitês representantes de outras secretarias municipais, estaduais e distritais de áreas de atuação com interface nos Programas (Cultura, Esporte, Desenvolvimento Social e outras), representantes de universidades e atores sociais e institucionais diversos que colaboram para a realização das ações.

O próprio Comitê deve definir seu funcionamento de acordo com as necessidades e condições locais. As experiências em curso de Comitês mais estruturadas, localizadas nos estados da Bahia, do Espírito Santo, de Minas Gerais, de Pernambuco, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, com caráter consultivo para qualificação dos Programas, apresentam um trabalho com uma concepção dialógica e de estímulo a uma gestão participativa.



6 Quais são os profissionais e agentes corresponsáveis pelo desenvolvimento das atividades de Educação Integral do Programa Mais Educação nas escolas?

É desejável que o debate acerca da Educação Integral mobilize toda a escola e toda comunidade, mesmo aqueles professores e funcionários que ainda não tem envolvimento direto com o Programa Mais Educação.

Faz-se necessário refletir acerca dessa responsabilidade compartilhada com a família e com a sociedade que é a educação das novas gerações. Cabe permanentemente a questão: qual é o horizonte formativo que a escola passa a vislumbrar com a ampliação da presença dos estudantes, com a ampliação do tempo de escola?

A Educação Integral abre espaço para o trabalho dos profissionais da educação, dos educadores populares, dos estudantes em processo de formação docente e dos agentes culturais, que se constituem como referências em suas comunidades por suas práticas em diferentes campos (observando-se a Lei nº 9.608/1998, que dispõe sobre voluntariado).

Nessa nova dinâmica, reafirma-se a importância e o lugar dos professores e gestores das escolas

públicas e o papel da escola, sobretudo porque se quer superar a frágil relação que hoje se estabelece entre a escola e a comunidade, expressa inclusive na dicotomia entre turno x contraturno, currículo x ação complementar.

Experiências precursoras do Programa, como a de Belo Horizonte, instituíram a figura do **professor comunitário**. Esse professor, em articulação com coletivos escolares, coordena o processo de diálogo com a comunidade, seus agentes e seus saberes, ao mesmo tempo em que ajuda na articulação entre os novos saberes, os novos espaços, as políticas públicas e o currículo escolar estabelecido.

A disponibilização desse professor comunitário para a escola é de responsabilidade das secretarias de educação, como contrapartida ao aporte de recursos efetuado pelo MEC nas unidades de ensino. A Secretaria Municipal ou Estadual de Educação designará esse professor, que deve ser efetivo do quadro, com 40 horas semanais, para coordenar a oferta e a execução das atividades do Programa Mais Educação.

7 Quem pode ser o professor comunitário?

Deve ser um professor efetivo e do quadro da escola. Para esse educador, podemos apontar algumas características importantes.

- A quel@ professor(a) solícito e com um forte vínculo com a comunidade escolar.
- A quel@ que escuta os companheiros e estudantes, que busca o consenso e acredita no trabalho coletivo.
- Aquel@ que é sensível e aberto às múltiplas linguagens e aos saberes comunitários.
- Aquel@ que apoia novas ideias, transforma dificuldades em oportunidades e dedica-se a cumprir o que foi proposto coletivamente.
- Aquele que sabe escutar as crianças, os adolescentes e os jovens e que tem gosto pela convivência com a comunidade na qual atua.

- Aquele que se emociona e compartilha as histórias das famílias e da comunidade.

Um professor/uma professora assim tem um excelente perfil, tendo em vista que seu trabalho terá como foco:

- organização deste tempo ampliado como tempo *continuum* no currículo escolar;
- acompanhamento dos monitores;
- diálogo com a comunidade;
- proposição de itinerários formativos que transcendam os muros das escolas, alcançando as praças, os teatros, os museus, os cinemas, entre outros;
- construção de “pontes” entre a escola e a comunidade.

Foto: Agência Brasil/Wilson Dias



8 Qual é o papel do diretor da escola?

O diretor da escola, por meio de sua atuação com o Conselho Escolar, tem o papel de incentivar a participação, o compartilhamento de decisões e de informações com professores, funcionários, estudantes e suas famílias. Nesse sentido, o trabalho do diretor também tece as relações interpessoais, promovendo a participação de todos os segmentos da escola nos processos de tomada de decisão, de previsão de estratégias para mediar conflitos e solucionar problemas. Cabe ao diretor promover o debate da Educação Integral em jornada ampliada nas reuniões pedagógicas, de planejamento, de estudo, nos conselhos de classe, nos espaços do Conselho Escolar, nas atividades com a comunidade escolar.

Isso porque a Educação Integral representa o debate sobre o próprio projeto educacional da escola, da organização de seus tempos, da relação com os saberes, com práticas contemporâneas e com os espaços potencialmente educadores da comunidade e da cidade. O resultado esperado é o envolvimento de toda a comunidade, em especial dos estudantes, para a construção de um ambiente favorável à aprendizagem. Cabe também ao diretor garantir a tomada coletiva das decisões acerca das escolhas das atividades formativas do Programa Mais Educação, garantir a transparência nas prestações de contas dos recursos recebidos e fomentar a organização do Comitê Local.

9 O que é o Comitê Local?

O Comitê Local tem por objetivo integrar diferentes atores do território em que a escola está situada para formular e acompanhar o Plano de Ação Local de Educação Integral – plano que contempla as atividades escolhidas, as parcerias estabelecidas, o número de estudantes atendidos. Os territórios se constituem a partir da escola e abarcam o entorno no qual os estudantes vivem. Além disso, são perpassados pelo conjunto dos serviços, programas, projetos e equipamentos das políticas de educação, cultura, assistência social, esporte, educação ambiental, ciência e tecnologia e outras. O conjunto de atores sociais presentes neste espaço também constitui o território (ONGs, associações comunitárias, clubes de mães, associações comerciais, entre outros.).

O Comitê Local deve configurar-se a partir da seguinte formação, podendo incluir outros atores sociais, de acordo com a especificidade do território:

- Diretor/diretora da escola;
- Professor/professora comunitári@;
- Profissional responsável pela Unidade Executora da escola;
- Professor@s;
- A gentes culturais, monitores, estagiários;
- Funcionári@s da escola;
- Estudantes;

- Profissionais que atuam em diferentes programas governamentais e não-governamentais;
- Representante do Comitê Metropolitano/Territorial;
- Representantes dos pais e da comunidade onde está situada a escola.

Atribuições do Comitê Local:

- Mapear as oportunidades educativas dos territórios em termos de políticas públicas, atores sociais, equipamentos públicos e outros espaços para realização das atividades formativas;
- Formular, acompanhar e avaliar o Plano de Ação Local de Educação Integral considerando o Plano de Atendimento da Escola;
- Celebrar parcerias para potencializar as oportunidades educativas mapeadas;
- Levantar as demandas e indicar a formação dos profissionais para atuar no Programa Mais Educação em âmbito local;
- Enviar periodicamente informações sobre o andamento do Programa para o Comitê Metropolitano/Territorial;
- Solicitar ao Comitê Metropolitano/Territorial informações sobre o desempenho do Programa na região.

10 Como posso fazer Educação Integral em minha escola, sem o apoio financeiro do Programa Mais Educação?

A escola poderá contar com o apoio financeiro dos governos municipais e estaduais. No Brasil, existem experiências de Educação Integral que começaram antes da aprovação do FUNDEB e nem todas contaram com apoio financeiro do MEC, vide pesquisa encomendada pelo MEC e realizada pela UNIRIO, UFMG, UFPR e UNB².

Nos casos em que as próprias Secretarias de Educação não dispõem de recursos financeiros, a escola poderá iniciar pela organização de atividades educacionais complementares que comecem a ensinar o debate acerca da Educação Integral em jornada ampliada, atividades selecionadas dentre as sugeridas pelo Programa Mais Educação e adaptadas às condições reais da escola. Essas atividades, com turmas formadas por estudantes de diferentes

anos e classes, serão realizadas no turno inverso ao das aulas regulares, planejadas em conformidade com o projeto político-pedagógico da escola. É importante ressaltar que o critério para cômputo da matrícula em Educação Integral especificado no Censo Escolar (anual) considera a declaração das matrículas com no mínimo de 7 horas diárias/5 dias por semana, para que a Secretaria Estadual ou Municipal de Educação possa receber recursos específicos e ampliados do FUNDEB para Educação Integral, que correspondem a 30% a mais em relação às outras matrículas.

A escola pode acessar a Portaria 873 de 1º de julho de 2010 no site <http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/portarias> para maiores informações.

Foto: Agência Brasil/Wilson Dias



² Educação integral/educação integrada e(m) tempo integral: concepções e práticas na educação brasileira

Mapeamento das experiências de jornada escolar ampliada no Brasil
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=2426&Itemid

Foto: Agência Brasil/Wilson Dias



11 Como faço, se minha escola não tem espaço?

“É preciso toda uma aldeia para educar uma criança”.
Provérbio africano

Na educação brasileira, não há tradição de escolas que funcionem em sete ou mais horas diárias para um mesmo estudante. As experiências históricas do Rio de Janeiro, com os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) criados na década de 80, de Brasília, com construção da escola-parque e da escola-classe nos anos 60, e da Bahia, com a experiência do Centro Educacional Carneiro Ribeiro nos anos de 1950, demonstram, no entanto, que isso é viável e necessário.

O elemento mais recorrente no diálogo com as

redes de ensino é que não há espaço físico na escola para que todos os estudantes passem o dia todo na unidade de ensino. E como fazer a transição de uma escola de tempo parcial para uma escola de tempo ampliado?

O reconhecimento de que a escola não tem espaço físico para acolher crianças, adolescentes e jovens nas atividades de Educação Integral não pode desmobilizar os atores desse processo. O mapeamento de espaços, tempos e oportunidades é tarefa que deve ser feita com toda a comunidade.

Depoimento:

“Quando a gente pensa em identificar potenciais do bairro que possam ser objeto de um programa de Educação Integral, sempre aparece “Ah! Cinema, teatro, centro cultural...” e não tem nada disso nos bairros de Nova Iguaçu! E aí esse era o grande desafio. O pessoal ia para fazer mapeamento, voltava e falava “não tem nada...” como não tem nada?

Volta de novo! “Não...não tem nada.” E aí um dia, a gente falou “gente, tem gente e aonde tem gente as pessoas se relacionam. Descobre que lugares são esses, que são esses nossos parceiros!” E aí a gente identificou uma igreja, uma associação, um campo, um salão de festas... e aí fomos conversar com essas pessoas, com essas instituições e ver de que forma a gente poderia trabalhar com a ociosidade desses espaços.”

Maria Antônia Goulart

Bairro Escola / Nova Iguaçu-RJ – In: O Direito de Aprender (vídeo)

Inicialmente, é importante mapear os espaços da escola e os da comunidade, verificando quais atividades podem ser desenvolvidas e de que forma. Imagine esse mapeamento no quadro abaixo:

Muitas vezes, a escola tem um espaço onde são deixadas somente as caixas com os materiais que o MEC envia. Esvazie esse espaço e tenha uma sala ou uma sala a mais para as atividades de Educação Integral!! Os manuais, os livros, os jogos devem chegar nas mãos de quem precisa deles. Vamos lá, professor(a)! Distribua os materiais! Faça uma estante e ponha os livros no canto da sala que vira

um projeto de biblioteca!

Em outros lugares há salas com entulhos: cadeiras e mesas quebradas, materiais ultrapassados, caixas com atas e registros antigos. É preciso arejar esses espaços e ressignificá-los.

No pátio podem ser colocadas mesas para os jogos de xadrez e tênis de mesa. Em alguns lugares, as escolas colocaram toldos/ pequenas coberturas que vêm permitindo atividades de teatro, de dança, jornal escolar, entre outros. Enfim, o desafio que está posto é de redescobrir a escola e seu entorno, ressignificando seus espaços!

	Espaços	Horários Disponíveis	Atividades
Na escola	<ul style="list-style-type: none"> - Biblioteca - Pátio coberto - Sala de leitura 	2ª, 4ª e 6ª manhãs	
Na comunidade	<ul style="list-style-type: none"> - Sala paroquial - Espaços dos escoteiros - Centros comunitários - Praças 		
Em outros espaços	<ul style="list-style-type: none"> - Museu da cidade - Pátio do Corpo de Bombeiros - Quartel das Forças Armadas 		



Foto: Agência Brasil/Eliza Fiúza



Foto: Portal do MEC

12 Que questões estão ligadas à alimentação escolar na escola de tempo integral?

Um dos momentos mais ricos do convívio na Educação Integral é o da alimentação, oferecida na própria escola. Os hábitos saudáveis na alimentação podem ser compartilhados entre os estudantes. Graças à decisão sobre cardápios, negociada com bases nas diferentes informações (regionalidade, estações, grupos culturais, etc), pode-se adotar alguns ritos de valorização do convívio, dos espaços coletivos e do cultivo de boas maneiras. Recomenda-se o apoio dos Conselhos de Alimentação Escolar – CAES.

O valor da alimentação referente à Educação Integral/Mais Educação é diferenciado e as informações sobre alimentação escolar podem ser encontradas no site do FNDE - <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>



Foto: Agência Brasil/Antônio Cruz

13 As atividades de Educação Integral dialogam com o que a escola já faz?

No contexto em que se preconiza a Educação Integral, o projeto político-pedagógico deve ser construído considerando as experiências que são vividas na escola, sem ficar restrito ao ambiente de sala de aula e aos conteúdos que representam os conhecimentos científicos. Nesse sentido, é preciso oferecer às crianças, aos adolescentes e aos jovens diferentes linguagens e valorizar suas vivências, modificando o próprio ambiente escolar e a produção do conhecimento. As diferentes formas que as crianças, os adolescentes e os jovens utilizam para se expressar são as suas linguagens, por meio das quais demonstram o que sentem e pensam sobre o mundo que os cerca. Tais linguagens não podem ser ignoradas e devem estar presentes na organização do espaço escolar, em diálogo com os saberes institucionalizados. Em um mundo onde as mudanças são cada vez mais rápidas, é necessário trabalhar com diferentes saberes nos diferentes campos disciplinares.

As atividades para as crianças e os jovens participantes da Educação Integral devem estar relacionadas às atividades que já são desenvolvidas na escola, que afinal é uma só. Seu projeto político-pedagógico, por ser o documento que traduz também a filosofia e a forma de organização pedagógica e curricular, traduz as intenções e as relações estabelecidas entre todas as atividades

desenvolvidas no ambiente educativo. É preciso pensar um *continuum* no tempo escolar que está sendo ampliado, superando as aparentes facilidades representadas pela organização das atividades complementares que não se comunicam com o que já está estabelecido no espaço escolar.

A organização curricular contempla não só os conteúdos que são desenvolvidos com os alunos, mas todas as intenções educativas da instituição. Diz respeito tanto aos conhecimentos de situações formais e informais quanto aos conteúdos e situações que a escola propõe como vivência aos seus alunos e às diferentes relações estabelecidas na condução desse processo.

Nessa perspectiva, a concepção de Educação Integral também aparece explicitada no projeto político-pedagógico da escola, mostrando as interfaces que são estabelecidas no desenvolvimento do trabalho educativo.

Para isso, é importante que seja mapeado o que a escola já faz.

1º) Inicie, em sua escola, uma avaliação e um levantamento de sugestões com os educadores, a partir das seguintes questões:

- Que pensam os educadores sobre Educação Integral? Como vêm a possibilidade da ampliação da jornada diária?



Foto: Agência Brasil/Marcello Casal Jr.



Foto: Agência Brasil/Marcello Casal Jr.

- A escola já oferece atividades, oficinas/cursos, para os alunos em turno inverso ao turno de aula? Quais são?
- Como são desenvolvidas essas atividades? Quais alunos frequentam essas atividades?
- Com que recursos materiais conta?
- Quem desenvolve essas atividades? Com quem mais a escola poderia contar?
- São realizadas parcerias para o desenvolvimento dessas atividades?
- Como a escola organiza o ambiente escolar para o desenvolvimento dessas atividades?
- Como é a convivência na escola? Como será essa convivência com o desenvolvimento de um número maior de atividades? Como qualificar a convivência na escola?
- Se ainda não são desenvolvidas atividades de Educação Integral, quais atividades poderiam ser mais adequadas? Como elas serão desenvolvidas?
- Há na escola a prática de aulas-passeio, visitas guiadas, atividades experimentais fora da escola? A que lugares a escola costuma levar os estudantes?

- Há outros programas/projetos governamentais (federal, estaduais, municipais ou da sociedade civil) sendo realizados na escola?

2º) A partir da busca de respostas e do levantamento obtido, organize as atividades de Educação Integral da seguinte forma:

- a) concepções de Educação Integral;
- b) atividades que a escola já realiza em turno inverso ao de aula, nos finais de semana e, ainda, para enriquecer as aulas;
- c) atividades que a escola poderia realizar em turno inverso ao de aula;
- d) as parcerias estabelecidas com instituições externas à comunidade ou parcerias que seriam possíveis.

Exemplos: atividades pensadas para datas comemorativas; os grupos que já participaram de peças de teatro, jograis, apresentações culturais diversas; os grupos que utilizam o espaço da escola para práticas esportivas; a destinação de espaços para encontros de grupos, para auxílio na realização das tarefas escolares; a abertura dos laboratórios de informática para uso dos alunos; as experiências de palestras e projetos empreendidos por instituições, voluntários, universidades, ONGs; as projeções de filmes; as exposições artísticas e culturais, excursões e outras.

3º) Proponha um momento de reflexão e estudo com os educadores sobre o significado de Educação Integral. Para isso, conheça as experiências por meio dos materiais distribuídos pelo MEC e outras instituições. Alguns materiais estão disponíveis no site: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16727&Itemid=1119

4º) Proponha um momento de reflexão e estudo para repensar o projeto político-pedagógico da escola e para reescrevê-lo, contemplando a concepção de Educação Integral adotado pela escola e descrevendo as atividades.

5º) Transforme essas experiências de reflexão e estudo em um momento de planejamento, por meio do qual, em linhas gerais, serão colocadas em prática as atividades de Educação Integral inspiradas nos macrocampos.

O processo de reelaboração do projeto político-pedagógico, contemplando a Educação Integral e a elaboração do planejamento prevendo as atividades, os responsáveis e corresponsáveis, quando, onde e com quais recursos essas atividades serão realizadas, permitirá que você e seu grupo de educadores reflitam sobre as atividades desenvolvidas na escola. Então, é hora de passar para o próximo passo.

14 ... mas, na hora H, na prática, como é isso?

Como fazer acontecer as atividades na escola?

1º) É importante que seja definido o professor comunitário da escola, pois ele tem a atribuição de coordenar as atividades. Assim, agora vamos nos dirigir a ele.

2º) Planejamento
Professor comunitário!

Chegou a hora de planejar diretamente como irão acontecer as atividades de Educação Integral, para isso estamos sugerindo um quadro de trabalho que você poderá reproduzir e preencher para auxiliar no planejamento das atividades. É muito importante que a proposta de atividades e os critérios sejam discutidos com as famílias para que haja adesão voluntária. Veja os quadros a seguir:

3º) Sugestões para a organização curricular

4º) Organização dos recursos e do espaço
Diretor e professor comunitário!
Vamos organizar os espaços e preparar o ambiente escolar para o desenvolvimento das atividades de Educação Integral e apresentar o Plano de Educação Integral e a proposta de atividades à comunidade escolar.

5º) Definição do público para Educação Integral, quem serão os estudantes?
Professor comunitário!

Abaixo, sugerimos um quadro de trabalho com os nomes dos alunos que participarão das atividades, no caso de que nem todos os estudantes da escola participem. É muito importante ter o registro dos alunos que participarão, explicitando qual foi o critério utilizado para selecioná-los, qual a atividade de que participarão e qual o turno.

A seguir, quadros com questões importantes a se considerar na Educação Integral.

Modelo – Definição do público para Educação Integral

Nome do Aluno	Ano	Critério para participação	Atividade(s)	Turno

Modelo – Organização dos recursos e do espaço

Quais serão os macrocampos e as atividades? Haverá lanche? Haverá almoço?	Onde funcionarão? Quem prepara a alimentação?	Quando funcionarão?	Quem serão os responsáveis? Quem fica com as crianças na hora do almoço?	O que será necessário? (Recursos materiais e pessoal)
Atividade:	Local:	Turno:	Responsável:	Recursos materiais:
Macrocampo:		Horário:		Recursos humanos:
Atividade:	Local:	Turno:	Responsável:	Recursos materiais:
Macrocampo:		Horário:		Recursos humanos:
Atividade:	Local:	Turno:	Responsável:	Recursos materiais:
Macrocampo:		Horário:		Recursos humanos:
Atividade:	Local:	Turno:	Responsável:	Recursos materiais:
Macrocampo:		Horário:		Recursos humanos:



Modelo – Dia a dia

Dia da semana	2ª feira	3ª feira	4ª feira	5ª feira	6ª feira
Atividade – Macrocampo					
Nº de Estudantes					
Local					
Monitor					
Recursos necessários					

Foto: Portal do MEC



Foto: Agência Brasil/Eliza Fiuza



15 Como dialogar com as famílias?

Este processo todo implica alianças com as famílias e com os responsáveis pelos estudantes. Para que a educação seja “integral”, a família – compreendida como uma comunidade formada por pessoas que são ou se consideram aparentadas, unidas por laços, por afinidades ou por vontade expressa –, participa ativamente da vida escolar.

Portanto, a escola deve promover o diálogo com a família.

Já sabemos que muitos estudantes que apresentam bons resultados na vida escolar têm a família como partícipe no processo de aprendizagem. Daí a importância de a escola chamar a família para conversar e participar do cotidiano escolar.

Foto: Agência Brasil/Marcello Casal Jr.



Sobre isso, vale refletir com Paulo Freire:

Não devemos chamar o povo à escola para receber instruções, postulados, receitas, ameaças, repreensões, punições, mas para participar coletivamente da construção de um saber que vai além do saber da pura experiência feita, que leve em conta suas necessidades e o torne instrumento de luta, possibilitando-lhe transformar-se em sujeito de sua própria história. A participação popular na criação da cultura e da educação rompe com a tradição de que só a elite é competente e sabe quais são as necessidades e interesses de toda a sociedade. A escola deve ser também um centro irradiador da cultura popular, à disposição da comunidade, não para consumi-la, mas para recriá-la. A escola é também um espaço de organização política das classes populares. A escola como um espaço de ensino-aprendizagem será então um centro de debates, ideias, soluções, reflexões, aonde a organização popular vai sistematizando sua própria experiência. O filho do trabalhador deve encontrar nesta escola os meios de autoemancipação intelectual, independentemente dos valores da classe dominante. A escola não é só um espaço físico. É um clima de trabalho, uma postura, um modo de ser.

(Pedagogia do Oprimido, 1991, p.16).

16 Qual a importância da relação escola-comunidade na proposta de Educação Integral da escola?

Restituir a condição de ambiente de aprendizagem à comunidade e transcender à escola como único espaço de aprendizagem representa um movimento de construção de redes sociais educadoras e de cidades educadoras. A comunidade e a cidade apresentam diferentes possibilidades educacionais e de construção de conhecimento por meio da observação, da experimentação, da interação e, principalmente, da vivência.

Experiências de Educação Integral fomentadas pelo Programa Mais Educação apontam elementos importantes relacionados à articulação da escola com a comunidade, dentre os quais se podem citar:

- a ampliação do número de pessoas e de instituições comprometidas com a tarefa de educar crianças, adolescentes e jovens;

- a constituição de percursos formativos que impliquem palmilhar a cidade, conhecer sua história, seus monumentos e suas praças;
- a maior participação das famílias nas escolas;
- a potencialização do diálogo entre os educadores da escola e a comunidade;
- o estímulo à articulação da organização curricular com as práticas socioculturais.

A educação, trabalhada nessa perspectiva, colabora na reafirmação da diversidade cultural e saberes das famílias e da comunidade. Ainda destaca a ideia de que os aprendizados são vivenciados em todos lugares.

Foto: Agência Brasil/Elza Fiuza



17 Onde posso buscar subsídios para as atividades propostas pelo Mais Educação?

LISTA DE LINKS:

Casa da Ciência

<http://www.casadaciencia.ufrj.br/>

Domínio Público

<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.jsp>

Literatura

<http://www.biblio.com.br/>

Museus no Brasil, Centros Culturais e afins

Centro Cultural de Artes – Campinas/SP - <http://www.puc-campinas.edu.br/cca/>

Instituto de Estudos Brasileiros – IEB - <http://www.ieb.usp.br/>

Museu Alfredo Andersen - <http://www.maa.pr.gov.br/>

Museu Casa de Portinari – Brodowski - <http://www.museucasadeportinari.org.br/>

Museu da Casa Brasileira - <http://www.mcb.sp.gov.br/>

Museu da Imagem e do som do Paraná - <http://www.mis.pr.gov.br/>

Museu da Língua Portuguesa - <http://www.museudalinguaportuguesa.org.br/institucional.php>

Museu de Arte Contemporânea da USP - <http://www.mac.usp.br/mac/>

Museu de Arte Contemporânea de Niterói - MAC - <http://www.macniteroi.com.br/>

Museu de Arte Contemporânea do Paraná - <http://www.mac.pr.gov.br/>

Museu de Arte de São Paulo - MASP - <http://masp.art.br/masp2010>

Museu de Arte do Rio Grande do Sul Aldo Malagoli - <http://www.margs.rs.gov.br/>

Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo – Pelotas/RS - <http://www.ufpel.tche.br/ila/malg/>

Museu de Arte Moderna Aloísio Magalhães - <http://www.mamam.art.br/>

Museu de Arte Moderna da Bahia - <http://www.mam.ba.gov.br/>

Museu de Arte Moderna de São Paulo – MAM - <http://www.mam.org.br/2008/portugues/default.aspx>

Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro - MAM - <http://mamrio.org.br/>

Museu de Arte Sacra do Rio de Janeiro - <http://www.catedral.com.br/>

Museu do Futebol - <http://www.museudofutebol.org.br/historia/>

Museu do Oratório - <http://www.museudooratorio.com.br/>

Museu Histórico Nacional - <http://www.museuhistoriconacional.com.br/>

Museu Lasar Segall - <http://www.museusegall.org.br/>

Museu Nacional – UFRJ - <http://www.museunacional.ufrj.br/>

Museu Nacional do Mar - <http://www.museunacionaldomar.com.br/>

Museu Oscar Niemeyer - <http://www.pr.gov.br/mon/>

Museu Paulista da USP - <http://www.mp.usp.br/>

Museu Victor Meirelles – Florianópolis/SC - <http://www.guiafloripa.com.br/victormeirelles/>

Museu Virtual Iberê Camargo - <http://www.iberecamargo.org.br/>

Museus Castro Maya - <http://www.museuscastromaya.com.br/home.htm>

Museus de História do Brasil (pesquisa) -

http://pt.wikipedia.org/wiki/Categoria:Museus_de_hist%C3%B3ria_do_Brasil

Pinacoteca do Estado de São Paulo - <http://www.pinacoteca.org.br/pinacoteca/>

Série Cadernos Pedagógicos – Programa Mais Educação

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16727&Itemid=1119



18 Palavras Finais

A escola do século XXI não pode ser mais “a escola do tempo de copiar do quadro”. Nossos estudantes são seres inventivos, criativos, indagadores, inteligentes, abertos para a descoberta do novo, construtores de conhecimento, portadores de saberes e que estão imersos em um mundo repleto de referências históricas, sociais, culturais e políticas. Além disso, estão envolvidos no universo da tecnologia e da rápida circulação de informação. Logo, a escola precisa ser um espaço que estimule o desenvolvimento das múltiplas dimensões humanas em um crescente caminho para a construção da autonomia moral e intelectual.

Assim sendo, é importante incentivar, nos espaços e tempos da Educação Integral, o trabalho em grupo, as ações cooperativas, o amplo debate de ideias, o exercício da pedagogia da pergunta, os múltiplos olhares para as questões do cotidiano, em contraposição a uma escola repetidora, que oferece “mais do mesmo”, cerceando e limitando possibilidades educativas e o diálogo com a comunidade.

Para a construção efetiva de uma pauta de Educação Integral nas escolas, faz-se necessário considerar o sentido do que se busca ensinar aos estudantes, provocando-os a uma permanente atividade intelectual e os ajudando a se tornarem leitores do mundo em que vivem nas suas múltiplas facetas. Ainda é importante atentar para algo citado no livro de Paulo Freire intitulado “Cartas de Cristina: reflexões sobre minha vida e minha práxis” (2003, p.26):

A aprendizagem dos educandos tem que ver com a docência dos professores e professoras, com sua seriedade, com sua competência científica, com sua amorosidade, com seu humor, com sua clareza política, com sua coerência, assim como todas estas qualidades têm que ver com a maneira mais ou menos justa ou decente com que são respeitados.

Por fim, cabe ressaltar que as práticas pedagógicas vivenciadas nos diferentes macrocampos do Programa Mais Educação devem, portanto, considerar tais premissas em seu planejamento e sua execução.

Créditos:

Carla Maria de Medeiros Borges
Clarissa Guedes Machado
Danise Vivian
Debora Kátia Nogueira Cavalli
Gesuína de Fátima Elias Leclerc
Ivany Souza Ávila
Jaqueline Moll
João Alberto Chagas Lima
Lucenir de Andrade Pinheiro
Márcia Rosa da Costa
Maria Eliane dos Santos
Neusa Macedo
Rosevanya Fortunato de Albuquerque
Suzana Pacheco

**PLANO DE
DESENVOLVIMENTO
DA EDUCAÇÃO**

Ministério da Educação

Secretaria de Educação Básica

Diretoria de Currículos e Educação Integral

Esplanada dos Ministérios,
Bloco L, Anexo II, Sala 300
CEP 70.047-900, Brasília, DF
Tel.: (61) 2022-9181 / 2022-9187 / 2022-9212
Fax: (61) 2022-9014
portal.mec.gov.br/seb

Ministério da
Educação

ISBN 978-85-7783-138-8



9 788577 831388